

JOSÉ MARIA VILLARONGA: A PRETENSÃO DE UMA ARQUITETURA GÓTICA NA CAMPINAS DO SÉCULO XIX.

Paula Elizabeth de Maria Barrantes¹

Em 1807, reúnem-se em Campinas, “os gentis homens da cidade” e por decisão determinam a construção de um novo templo, um templo que formalizasse através da arquitetura todo o status da forte economia agrícola, vocação da então pequena Vila de São Carlos. Por “gentis homens” definiam-se os homens responsáveis economicamente pela sustentação da freguesia. Conforme outras tantas histórias de cidades e do próprio Brasil a Igreja Católica permitia que se construíssem templos apenas em regiões que se mostrassem independentes economicamente para sustentarem seus próprios templos. E ter uma igreja, mais especificamente uma matriz, significava também independência política em relação ao bispado e governo imperial (PUPO, 1969).

A despeito de sua reunião inicial, e do compromisso dos gentis homens em prover as necessidades do novo templo e contribuir espontaneamente com um imposto para esta finalidade, o templo demorou a se erguer. Embora houvesse uma assembleia constituída e empossada, a maneira como procediam à arrecadação dos dinheiros era desorganizada e insuficiente (SANTOS, 1874:2). Devido à Guerra do Paraguai, as doenças causadas por más condições de higiene e as doenças infecciosas a construção das taipas demorou a se concretizar. É somente em 1850 que se finaliza a caixa central que seria por muito tempo o formato destinado à Matriz Nova. Esta caixa possuía telhados de diferentes alturas, pode-se dizer que este templo, diferentemente de outros, teve seu início pelo interior, seu exterior foi pensado bem posteriormente à decoração do interior.

Finalizadas as taipas em 1850, a já formada Irmandade do Santíssimo, elege como seu mordomo Antônio Francisco Guimarães, capitalista conhecido como “Bahia”, comerciante anteriormente estabelecido em Salvador. Antônio Francisco Guimarães, cidadão de origem portuguesa e amante das artes como grande forma de louvar a Deus e também de demonstrar, novamente, o status e pujança da região, patrocina por conta própria a vinda de Vitoriano dos Anjos Figueroa, entalhador estabelecido na Bahia. Vitoriano permanece trabalhando nos entalhes da Matriz Nova

1 Mestranda em História da Arte. Instituição Ifch-Unicamp. Bolsista FAPESP. Contato: paula@ofabulosomundodaarte.com.br

de 1853 a 1862, neste período nada na arquitetura de Campinas foi feito. Em 1862, contratados com a Câmara Municipal fizeram Vitoriano ser dispensado dos trabalhos, sendo contratado o artista Bernardino de Senna Reis e Almeida. Este artista permanece em Campinas nos trabalhos de talha dos altares laterais e colaterais de 1862 a 1865, neste período também nada se fez em relação à arquitetura externa do templo. Nas várias mudanças, concertos e paredes erguidas da igreja os telhados ficaram com vários níveis, sendo o maior o que cobria o altar mor da igreja, feito por Vitoriano.

Para os olhares da população e da elite da cidade, embora o interior demonstrasse uma qualidade impressionante, o exterior ainda denotava pobreza, desleixo e inferioridade.

Em 1868 a Câmara de Campinas coloca então edital para a confecção do frontispício da Matriz nos jornais do Comércio do Rio de Janeiro e Santos. Devido a questões como beleza e preço é escolhido o projeto de fachada de Manoel Gonçalves da Silva Cantarino, arquiteto que trouxe a primeira ideia de monumentalidade ao templo. Seu projeto contemplava um templo com detalhes românicos, colunas de mármore, uso interno de mármore nos pisos e demais colunas, mármore de três cores, que viriam diretamente do Rio de Janeiro.

Cantarino, porém, desenhou a fachada, ganhou as concorrências, mas, não acompanhou sua construção, devido a esta fachada ter desmoronado durante a construção. Em 1870 a construção da fachada estava totalmente parada, as obras começadas e comprometida, sem maiores estudos a Câmara Municipal decide promover nova concorrência para a confecção da mesma. O ideal de um grande templo como o projetado por Cantarino fez a população se manifestar com satisfação.

Em 1871, a Câmara Municipal novamente coloca edital nos jornais do Comércio do Rio de Janeiro e Santos. Neste edital a Câmara não estipula estilo para a fachada, descreve apenas as características internas do templo e as aspirações quanto à sua monumentalidade. São recebidas duas propostas, uma do chamado concorrente A, não aceita devido ao seu valor e a do concorrente B, aceito por apresentar uma planta consistente, revisada por renomados engenheiros e com valor acessível. Este concorrente B seria José Maria Villaronga y Panella (1809-1894), pintor, restaurador de arte sacra, arquiteto e engenheiro, nascido em Barcelona-Espanha.

Para o novo frontispício Villaronga e seus sócios planejaram uma fachada gótica, como eles a definiam. Tratando dos problemas anteriores, Villaronga abaixou a altura da fachada, dos 300 palmos previsto por Cantarino, para 250 palmos, a nova fachada também previa a colocação

de apenas uma torre para o relógio e os sinos, os detalhes de arremate das janelas ogivais seriam feitos em terracota, previa a colocação de quatro alegorias a serem escolhidas pela Câmara e Diretório das obras da Matriz. Seriam usados os materiais de maior qualidade do mercado, as paredes laterais seriam erguidas com a maior arte, a entrada do templo, o hall entre a portada principal e o para vento seriam de mármore de excelente qualidade, adquirida na Corte. Uma cláusula, porém, estes empreiteiros colocaram em seu contrato, como a Câmara descontava da construção prevista os itens já prontos e assegurava a qualidade dos alicerces, a empreita tinha garantia apenas dos alicerces para cima, ou seja, da altura da rua para cima. O valor deste contrato para a fachada 158.000\$000 rs. O valor recebido pela planta vencedora 400\$000 rs. O contrato foi assinado em 08 de Maio de 1872 entre o Diretório das Obras da Matriz Nova e os empreiteiros.

Conforme afirmava em contrato Villaronga:

“A fachada seria feita com a maior solidez, arte e perfeição, conforme a planta.”

Afirmavam os empreiteiros que a planta havia sido conferida por importantes engenheiros militares do Rio de Janeiro e realmente as plantas vinham autorizadas pelos mesmos. A planta era assinada por José Maria Villaronga, sua empresa *Faria Ariosa, Villaronga & Cia.*

Importante salientar que o Código de Posturas de 1870 criou o Diretório das Obras da Matriz Nova, com a função de cuidar dos contratos e da construção assim como do recebimento do imposto para a Matriz Nova. Este Diretório tinha a prerrogativa de contratar os empreiteiros e arquitetos, poderes de cobrar o imposto, continuamente acompanhar as obras feitas e passar as informações todas para apreciação da Câmara. Foi uma entidade que por muito tempo teve grandes poderes, embora questões legislativas e executivas fossem de alçada da Câmara muito se decidia no próprio Diretório. Os membros do Diretório, ao longo do tempo, se alternaram, podendo se dizer que era a mesma elite política e agrícola quem mandava também nas coisas da Matriz.

Em Novembro de 1872, Villaronga comunica por carta ao Diretório oficialmente que as obras estavam iniciadas, os trabalhos de arrasamento das taipas se tinham iniciado. Em 08 de Janeiro de 1873 comunica que o trabalho se desenvolvia muito bem conforme datas programadas.

No dia 02 de Janeiro de 1873, Villaronga oficialmente comunica ao Diretório que dê nome as alegorias que seriam colocadas na cimeira, viajaria para pedir materiais no Rio de Janeiro e também encomendaria as estátuas que seriam colocadas na cimeira.

Em 14 de Setembro de 1873, o Fiscal da prefeitura autoriza a Câmara ao pagamento da terceira parcela do contrato de Villaronga, as obras iam adiantadas, conforme cronograma, as paredes laterais já se encontravam na altura das ogivas, com 2 metros de altura e, justamente neste ponto, se iniciam os problemas com a arquitetura gótica pretendida para Campinas.

Após o mês de setembro com as conhecidas chuvas torrenciais de Campinas, as paredes laterais da igreja começaram a apresentar rachaduras, o empreiteiro Villaronga pede então que o fiscal avalie as rachaduras, pois, precisava colocar as pedras para a confecção das ogivas. Os enfeites e acabamentos nas ogivas em planta seriam de terracota, mas nesta altura da construção Villaronga decide que seria mais rápido e interessante confeccioná-las de cimento.

O fiscal informa à prefeitura de que não considerava importantes as rachaduras, havia indicado a colocação de cimento Portland nas paredes, se não houvesse outro problema o cimento resolveria, caso houvesse novas rachaduras apareceriam no cimento colocado, mas o próprio fiscal alertava para o fato de que não descuidava de olhar os alicerces, pois realmente não havia problemas quanto aos materiais e métodos construtivos de Villaronga. Segundo ele outras construções daquele porte já haviam apresentado rachaduras por acomodação.

Villaronga, preocupado com as rachaduras, com a insuficiência dos alicerces que ele acreditava o verdadeiro culpado pela falta de estrutura das paredes, pede novamente ao Diretório, à Câmara e ao fiscal que prestem atenção aos alicerces, havia verificado em um trecho, o alicerce encontrado não possuía os 30 palmos determinado no contrato. As taipas cediam com as chuvas e forçavam ainda mais as colunas e paredes já fora do prumo, as paredes laterais pendiam em direção às casas que estavam nas laterais da mesma levando perigo às pessoas que trabalhavam na obra e aos moradores locais.

Villaronga solicitava autorização ainda ao fiscal para colocação de barras de ferro, amarrando as paredes, amarrando também as taipas. Mas que tudo não teria efeito caso os alicerces não fossem reforçados.

Em Abril de 1874, o fiscal da prefeitura comunica que as rachaduras se agravavam. Os empreiteiros e o fiscal foram chamados para interrogatório sobre a situação real da obra. Questionados sobre a possibilidade de se salvar a fachada já construída, os empreiteiros disseram ser possível, desde que os alicerces fossem revistos, as paredes amarradas, a estrutura na altura da rua

aumentada, as goteiras do templo concertadas. Os empreiteiros, realmente, não eram os responsáveis pelo acidente, mas, haviam se proposto a fazer toda a obra com arte, perfeição e solidez, e era uma prática normal da engenharia a amarração com ferros, não devendo os mesmos receber nada a mais por isso. Mas Villaronga estava correto quanto às taipas estarem empurrando as paredes e aumentando o problema. As colunas laterais já se encontravam fora do prumo e bem comprometidas.

A Câmara solicita, então, parecer de três engenheiros do Rio de Janeiro sobre a necessidade da demolição total da fachada ou a possibilidade de concertos, juntamente solicita orçamento dos mesmos para o concerto.

Comparecem a Campinas os engenheiros solicitados, João de Souza Mello (coronel e engenheiro) e Capitolino Peregrino Severiano da Cunha (engenheiro militar), no laudo, foram unânimes em afirmar que seria possível sim, a recuperação de parte da obra feita, mas os alicerces, principalmente, nas colunas deveriam ser bem fortalecidos, alguns alicerces deveriam ser aprofundados e sua largura aumentada, as taipas que cediam precisavam ser demolidas e refeitas. O segundo andar precisaria receber reforço de madeiras para sua sustentação. Afirmavam também que o terreno úmido e arenoso dificultava a construção e que neste sentido os empreiteiros haviam sido imprudentes na escolha de uma fachada gótica, pois, demandava ela muitos detalhes e peso (SANTOS, 1874:2). Ao que Villaronga respondeu, devido a isso, justamente, haver diminuído a altura da fachada para 250 palmos. Alguns anos depois, quando Cristóvão Bonini assumiria nova fase da igreja, comprovaria através de estudos e novos alicerces que o terreno não possuía umidade suficiente para comprometer a ereção da fachada, fosse ela gótica ou clássica, o problema estava realmente nos alicerces mal feitos.

O Diretório, em virtude de custos extras, decide novamente assinar contrato com Villaronga, que se compromete a demolir e reconstruir, reforçando os alicerces, amarrando paredes, construindo sua mesma fachada gótica novamente. O valor do contrato seria o mesmo contratado anteriormente, 158.000\$000 rs.

Na época membros do Diretório, Francisco Quirino dos Santos e Ricardo Gaumblenton Daunt, acreditaram que melhor seria, para a igreja e o atraso de construção, que pequenos ajustes no contrato antigo com Villaronga se fizessem, onde se aumentava a obrigação do mesmo. Não se teria que pagar nova planta, a fachada gótica já se encontrava no gosto dos habitantes. Os em-

preiteiros em todo o processo haviam se mostrado de confiança, o problema estava realmente na insuficiência dos alicerces. Os empreiteiros se comprometiam a erguer novamente a fachada, sem cobrar, contudo, a demolição, os materiais de possível aproveitamento seriam descontados (SANTOS, 1874:2).

Elaboraram a mudança no contrato e assinaram ambas as partes, como se fizeram com todos os outros contratos.

Após os acertos iniciais, o contrato é enviado para a Câmara, nova fase de problemas se avizinha para a fachada gótica da Matriz Nova. Em Outubro de 1874, após quase um ano de obras paradas e discussões a Câmara Municipal envia através de seu procurador comunicado, informando que estava desfeito qualquer contrato que o Diretório de Obras da Matriz tivesse com *Faria, Ariosa, Villaronga & Cia.* Afirmava inclusive que o Diretório em questão não possuía respaldo legal para contratar, ele próprio, nada em relação à construção da Matriz que não houvesse sido aprovado pela Câmara, única com poder legal para tanto.

Em seguida, em um ato de autoritarismo, a Câmara dissolve, de forma arbitrária, e sem explicação, todo o Diretório da Matriz Nova.

Cancela a alteração no contrato, informa aos empreiteiros que se retirassem das obras, que não seriam continuadas por eles. Pede ao novo Diretório empossado que exija a devolução do adiantamento recebido pelos empreiteiros, assim como a multa pela não entrega da obra no prazo (SANTOS, 1874:2).

Os empreiteiros se recusam à devolução e através da imprensa, comunicam que haviam vários problemas encontrados nas obras existentes e informados ao Diretório, informa à população sobre os perigos da falta de cuidados da Câmara e da falta constante de materiais para o trabalho. Informa que todo cuidado procurou tomar com seu projeto, que o mesmo havia sido conferido por engenheiros renomados na Corte e que todos haviam informado que possuindo o alicerce a profundidade garantida pelo Diretório seria plenamente possível uma fachada gótica com 250 palmos de altura, com quatro estátuas alegóricas de 4 metros. Por fim, tanto confiava o Diretório nos alicerces que fez questão de descontar isso como serviço executado de seu orçamento (SANTOS, 1874:2).

Contribuiu para a decisão, que muito provavelmente ocorreu por motivos políticos, o laudo do engenheiro Normanton. Consultado pela Câmara sobre a viabilidade do projeto apresentado

pelos empreiteiros, Normanton, em primeira instância enviou parecer favorável. Um mês depois, porém, enviou parecer totalmente diferente desacreditando o trabalho e projeto dos empreiteiros. Interessante observar que antes mesmo da rescisão de contrato com *Faria, Ariosa, Villaronga & Cia.*, e da destituição completa do Diretório, a Câmara já assinava contrato para a fachada com o engenheiro Normanton.

José Maria Villaronga foi artista ativo na cidade, gozou da apreciação popular, fez trabalhos de arquitetura como o conserto da ponte para Mogi-Mirim. Era pintor e algumas pinturas suas foram encontradas em fazendas e no Rio de Janeiro.

No final de 1874, José Maria Villaronga, indignado com a atitude da Câmara informa ao novo Diretório que ia recorrer aos advogados do Rio de Janeiro e que pediria indenização por perdas e danos, causados por todo o tempo parado esperando pelas decisões da Câmara sobre demolir ou não a fachada, pela rescisão sem motivo e pelo afastamento abrupto das obras que se tinham reiniciado. Não foi preciso, porém, que obtivesse advogados no Rio de Janeiro, Francisco Quirino dos Santos, iminente advogado campineiro assumiu a causa se tornando procurador e advogado de *Faria, Ariosa, Villaronga & Cia.* (SANTOS, 1874:2).

Em 1877 o Juiz Municipal dá ganho de causa aos empreiteiros *Faria, Ariosa, Villaronga & Cia.*, determinando que o Diretório da Matriz e a Câmara de Campinas indenizassem os lesados. Detalhe importante, o laudo de vistoria final, feito durante a demolição das ruínas por Cristóvão Bonini, elaborado pelo mesmo engenheiro Roberto Normanton atestou que os problemas da construção eram realmente os alicerces, e não imperícia dos construtores.

O Conde D'Eu, príncipe, esposo da princesa Izabel, visitando Campinas e a região em 24 de Outubro de 1874, admirado com os trabalhos de talha entrevista Villaronga (ainda com novo contrato vigente), sobre a planta gótica, ao que comenta:

“Virá aquele monumento a ser o primeiro no seu gênero em todo país, se se executar o magnífico plano de sua conclusão” (SANTOS. 1874:2).

A pretensão de uma arquitetura gótica de maiores proporções aconteceu na cidade de 1872 a 1874, período de contrato da fachada de José Maria Villaronga. Cristóvão Bonini demole, totalmente, esta fachada em 1877 para refazer os alicerces e erguer a que seria a atual Catedral Metropolitana de Campinas Nossa Senhora da Conceição.

BIBLIOGRAFIA

PUPO, Celso M. de Mello. Campinas, seu berço e juventude. 1ª edição. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, 335 páginas.

SANTOS, Antônio P.(1874) Resumo da ata de reunião do Diretório da Matriz de 18 de Maio de 1874. *Gazeta de Campinas*. Campinas, Nº 464, de 14/6/1874.

SANTOS, FRANCISCO Q. DOS (1874). Auto de obrigação e contribuição voluntária que fazem os povos desta Villa para a factura e confecção da Nova Matriz desta mesma Villa. *Gazeta de Campinas*. Campinas, Nº 502, anno V, de 22/10/1874.

SANTOS, FRANCISCO Q. DOS (1874) Resumo da ata da sessão do Diretório de 28 de Setembro de 1874. *Gazeta de Campinas*. Campinas, Nº 503 de 28/10/1874.

SANTOS, FRANCISCO Q. DOS (1874). Matriz-Nova. *Gazeta de Campinas*. Campinas. Nº 507, pag.2 de 08/11/1874.

SANTOS, FRANCISCO Q. DOS (1874). Matriz-Nova. *Gazeta de Campinas*. Campinas, Nº 504, pag.2, de 30/10/1874.

Referência Bibliográfica

Vistoria das Obras, para processo realizado em 31 de Maio de 1876. Arquivo Histórico do Centro de Memória da Unicamp.